

SEMINÁRIO
FAMÍLIA PARANAENSE

**O TRABALHO
INTERSETORIAL COMO
ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO
DAS VULNERABILIDADES**

Abril/2012

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

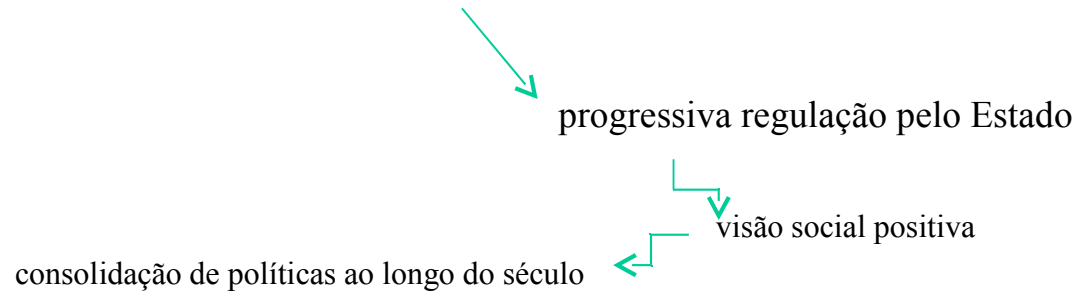
breves referências históricas

- **O Estado de Bem Estar Social**
regulação do Estado sobre a organização e produção de bens e serviços, coletivos públicos ou privados, para a garantia de padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.
- **Crise do Welfare State/Ditaduras na América Latina**
- **A Constituição de 1988**
- **Os processos de descentralização na década de 90**

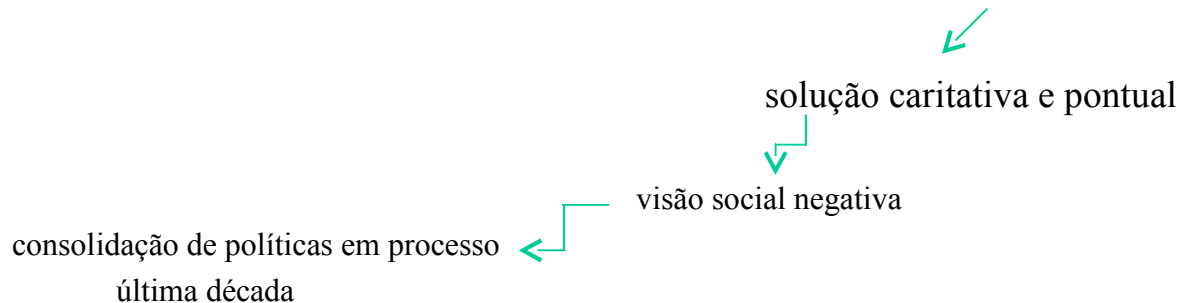
VULNERABILIDADE SOCIAL

sec.XX

-Vulnerabilidade socialmente aceita: em torno do mundo do trabalho



-Vulnerabilidade socialmente “rejeitada”: em torno da desigualdade social



Vulnerabilidade no Brasil atual

- Marcada por visibilidade global: definição de uma pobreza tolerável



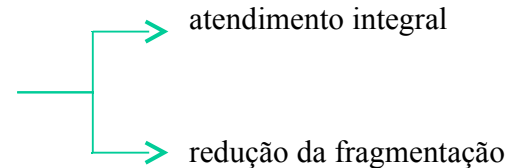
definidora de políticas públicas



apoio social em processo crescente

DESAFIO: macroestruturais → redução da desigualdade de renda

consolidação de políticas de proteção social



INTERSETORIALIDADE

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Apesar da atualidade da temática da intersectorialidade na administração pública, a implementação, além da própria definição do conceito, sofre variações.

- **Intersectorialidade ou Gestão Intersectorial**
- **Redes de Trabajo Interorganizacional**
- **Coordinación Pro-Integralidad**
- **Coordinación intraorganizativa ou interorganizativa**
- **Cooperação Interorganizacional**
- **Gestão Transversal**

contextualização

Segundo Repetto (2005), em seu trabalho que analisa a aplicação do modelo intersetorial em várias cidades da América Latina, os mecanismos de articulação sofrem influência dos seguintes fatores:

- **tamanho e heterogeneidade do país;**
- **complexidade e diferenciação institucional do aparato estatal;**
- **volume e complexidade dos recursos financeiros;**
- **formas de organização do Estado (democracias, ditaduras, presidencialismo);**
- **modalidade predominante da oferta de serviços (centralizada, descentralizada, filantrópica, entre outras);**

modelos

***“Não existe um modelo para a aplicação de políticas intersetoriais de combate à exclusão social. Cada experiência cria a sua forma de agir em rede.”
Revista Rede URB-AL.***

***“O modelo intersetorial pressupõe a quebra de corporações, de núcleos de poder e também do sistema vertical de comando.(...) Em geral, é uma experiência complexa, gradativa e até dolorosa que demanda conhecimento do trabalho do outro, apreensão de conceitos e incorporação de um novo processo de trabalho.”
Revista Rede URB-AL***

condicionantes

- a pobreza em suas múltiplas dimensões, o responsabilização crescente do papel do Estado, a fragmentação na aplicação das políticas públicas e a necessidade de otimização de recursos parecem ser os elementos principais para a busca de modelos eficientes de gestão, sendo que o modelo intersetorial se torna a opção mais adequada na visão de boa parte dos gestores e formuladores na atualidade.

condicionantes

Repetto destaca:

“La coordinación (particularmente la que fomenta intervenciones integrales) no resuelve por sí misma los notables problemas de equidad que afectan a la región, pero se constituye en un requerimiento necesario para mejorar las sociedades de los diversos países que la componen”

DIFICULDADES NA APLICAÇÃO DO MODELO

1) Barreiras entre setores executivos

- Estrutura vertical e segmentada
- Setorialização
- Competências sob a influência corporativista
- Cristalização na ambiência da especialidade

2) Barreiras políticas

- Proteção de interesses
- processos legislativos
- engessamento de processos de mudanças e/ou privilégio de investimentos em ações de maior visibilidade

mito

“De toda forma, por qualquer ponto pelo qual o tema da intersectorialidade é abordado, tem-se a convicção de que essa perspectiva não é algo natural ou que ocorra de forma espontânea nas organizações públicas, mas que tem que ser ativamente construída, uma vez que decorre de deliberações claras e compartilhadas para introduzir as mudanças nos processos de trabalho, no planejamento e na gestão de políticas públicas.” Bronzo e Veiga.

Recursos necessários ao desenvolvimento de ações intersetoriais

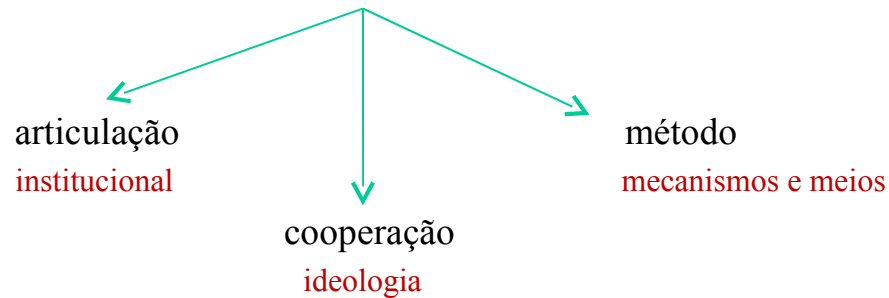
- recursos políticos  decisão de governo
- recursos institucionais  leis, decretos, portarias
- recursos administrativos  financeiros, humanos, estruturais
- recursos ideológicos 
 - Intersetorialidade entendida como condição a ser desenvolvida dentro da gestão
 - compreensão sobre os fenômenos associados à exclusão/vulnerabilidade social
 - clareza sobre função e papel (executor/regulador) do Estado

gestão

- Gestão mecânica



- Gestão orgânica



Intersetorialidade

PBH

- **“Esta deve ser compreendida como um princípio que privilegia a integração matricial das políticas públicas urbanas e sociais tanto na fase de sua formulação quanto na sua execução e monitoramento. Sua aplicação é condição necessária tanto para superar a fragmentação existente no planejamento e na execução das políticas setoriais quanto para garantir uma gestão sinérgica e equalizadora que supere as recorrentes superposições e competição dos diversos programas e ações municipais.” PBH 2000**
- **“A intersetorialidade pode ser definida como uma forma de gestão em que vários serviços específicos constroem juntos, a partir do saber de cada um, políticas de intervenção para determinadas situações ou grupos. Ao escolher uma estratégia intersetorial, o gestor público admite que uma mesma questão tem muitas faces e que uma única área não será capaz de lidar com todas elas.” URB-AL 2005**

Reforma de 2000

- Descentralização
- Intersetorialidade
- Informação
- Participação Cidadã

territorialidade

- Dentro do conceito de Descentralização
- Não é possível pensar políticas universais ignorando as particularidades de cada (micro) região (universalização X focalização) **Planejamento urbano e social**
- Sinergia para o investimento nos territórios de maior vulnerabilidade social (Programa BH Cidadania/Orçamento Participativo/Vila Viva)

territorialidade

- Utilizar categorias urbanas para fazer o planejamento social

“...é preciso entender que a área social constitui o urbano. O planejamento da área social, portanto, faz parte do planejamento urbano.” PBH

acessibilidade/mobilidade/fluxo/integração

Intersetorialidade + territorialidade

- PBH

A criação da intersectorialidade é, na verdade, a sincronização de toda oferta de serviços. É necessário romper com a lógica da mera soma cumulativa de programas para privilegiar a construção de um programa intersectorial com uma dimensão única

Implantado em 2002, o Programa BH Cidadania busca:

I- A integração das ações de todas as políticas sociais com as áreas urbana e de planejamento;

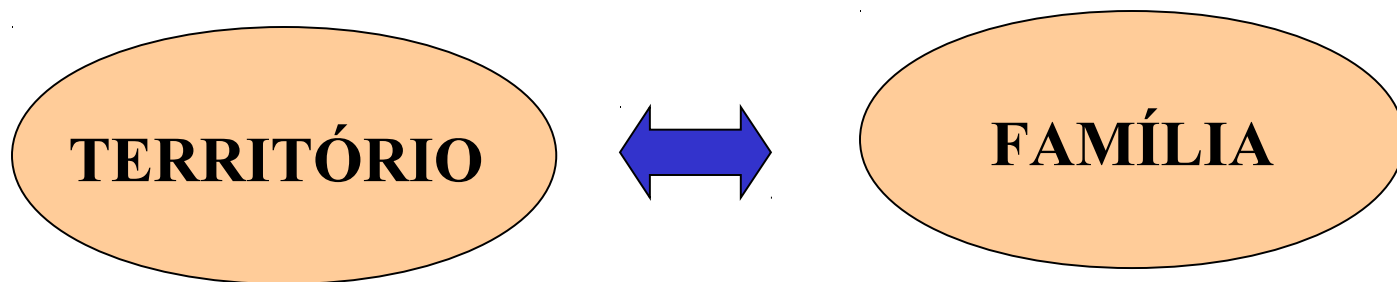
II- O planejamento das intervenções das várias políticas da PBH de forma integrada, com ênfase na família.



Objetivos gerais:

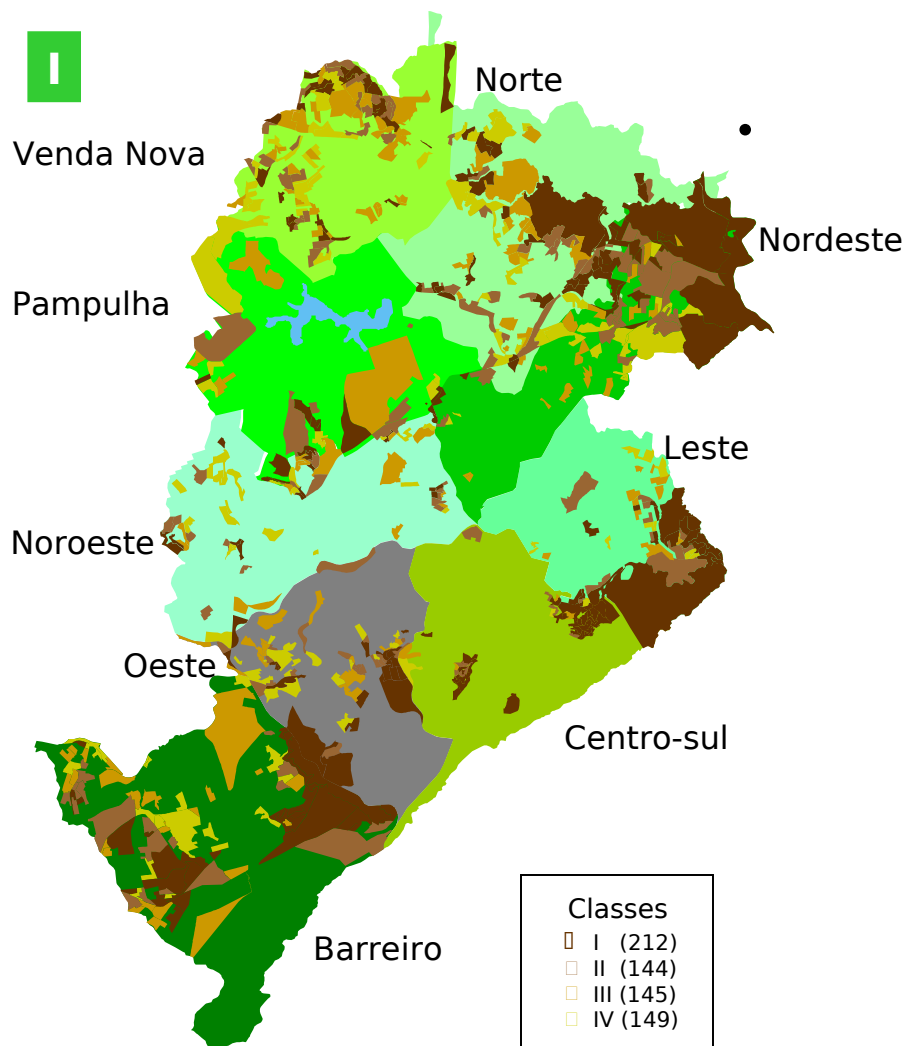
- ❑ **Promover a inclusão social das famílias residentes nas áreas socialmente críticas definidas para intervenção.**
- ❑ **Consolidar modelos integrados de atuação na área social a partir dos princípios norteadores:**
 - ✓ Descentralização (planejamento e intervenção organizados a partir do território);
 - ✓ Territorialidade;
 - ✓ Intersetorialidade e
 - ✓ Participação cidadã.

AÇÃO INTEGRADA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

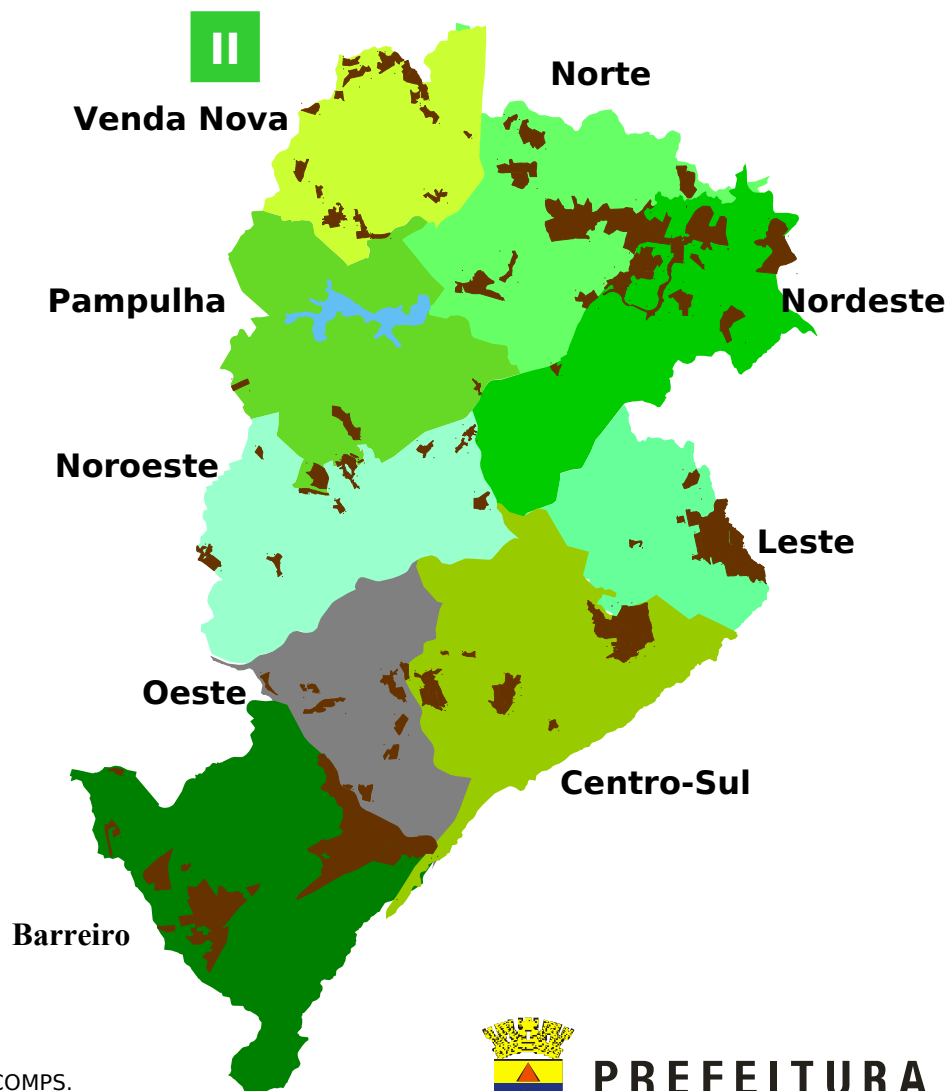


BH CIDADANIA

I- Áreas prioritárias para inclusão social II- Áreas possíveis de expansão do Programa

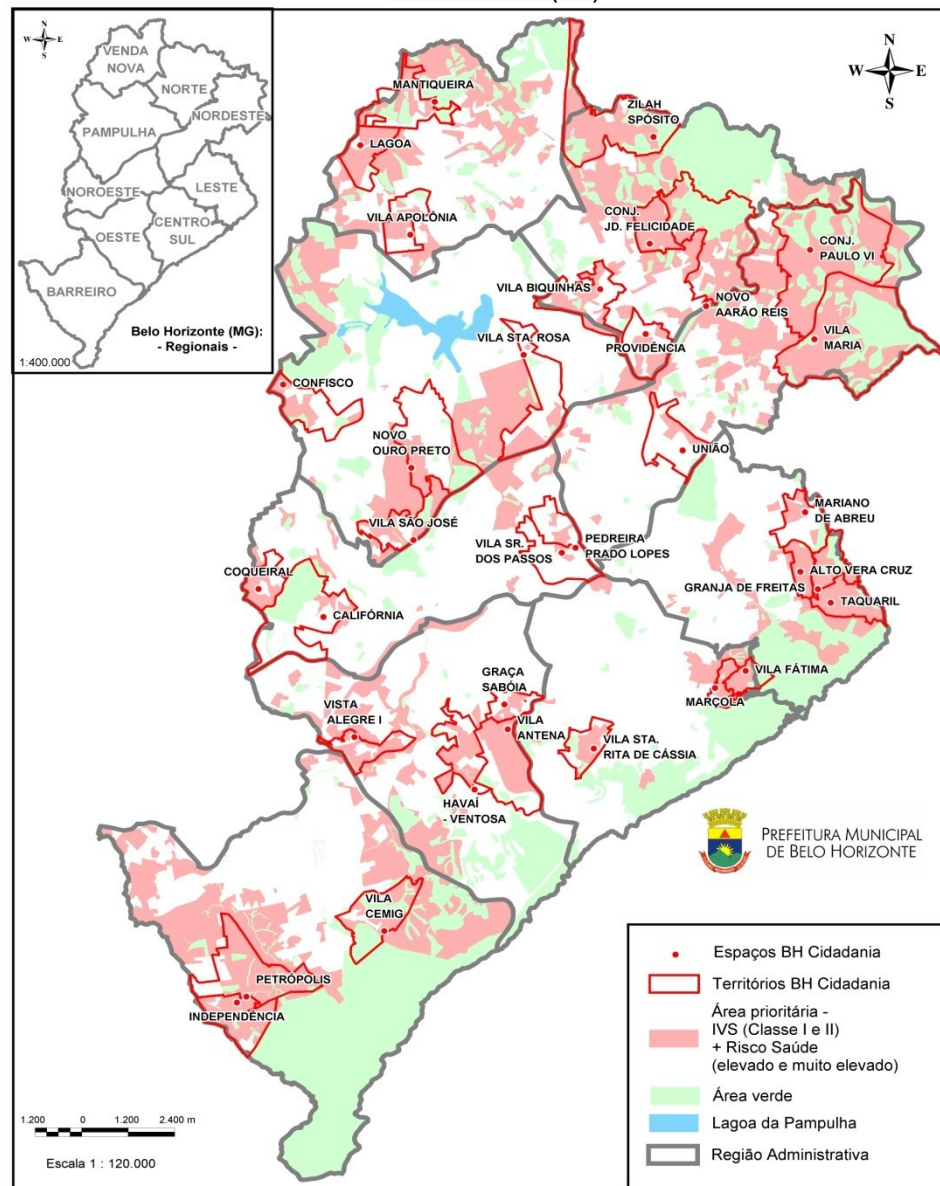


Fonte: Base cartográfica, PRODABEL.
Execução: PBH/SMMAI/GEIT, 2002/GCSCOMPS.



ÁREAS ATENDIDAS

PROGRAMA BH CIDADANIA - 2012 Belo Horizonte (MG)



FONTE: BH Cidadania/SMPS/PBH, 2012.
Base Cartográfica: PRODABEL, 2012.
Elaboração: GSTACIPS/GECP/SMPS/PBH, 2012.

ABRANGÊNCIA

Programa em 2012

33 Núcleos implantados

Número de famílias referenciadas: aprox. 165.000



EIXOS DO PROGRAMA

- **EDUCAÇÃO** - Ênfase na Educação Infantil, para crianças de zero a cinco anos e seis meses (UMEI); no EJA e na Escola Integrada.
- **SAÚDE** - Investimento em ações de prevenção em saúde, buscando promover mudanças efetivas dos hábitos e condições de vida.
- **ASSISTÊNCIA SOCIAL** – Atender com foco na matricialidade familiar com suas demandas e estimular e promover a convivência familiar e comunitária por meio do CRAS.
- **TRANSFERÊNCIA DE RENDA** - Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Escola Municipal e Bolsa Família.

EIXOS DO PROGRAMA

- **ESPORTES E LAZER-** Ênfase nas ações do Esporte Esperança, Vida Ativa, Caminhar e Superar.
- **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-** Ações voltadas para a Educação para Consumo, Plantio Alternativo, Horta Comunitária e Pomar.
- **DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA** – Desenvolvimento de ações voltadas para a formação em direitos humanos e cidadania e investimento no eixo orientação jurídica.

EIXOS DO PROGRAMA

- **INCLUSÃO PRODUTIVA:** Ações de qualificação profissional, encaminhamento ao mercado formal de trabalho e organização para a prestação de serviços autônomos.
- **INCLUSÃO DIGITAL:** Investimento em ações que promovam a inclusão social por meio da inclusão digital: Pontos de Internet Municipal; Telecentros, Unidade Móvel, Centro de Recondicionamento de Computadores.
- **INTERVENÇÕES URBANAS:** Integração da área social com a área urbana: PAC/Vila Viva, Orçamento Participativo, ações em áreas de risco.

AÇÕES

▪ CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

▪ Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada



▪ Atividades coletivas e de sociabilidade



SAÚDE

- Atenção básica à saúde e PSF Programa de Saúde da Família;
- Oficinas de Saúde Bucal
- Academia da cidade;



EDUCAÇÃO

- Escola Integrada
- UMEI – Unidade Municipal de Educação
- Educação de jovens e adultos



INCLUSÃO DIGITAL

- Programa de Inclusão digital – Telecentros



- PIM (Ponto de Internet Municipal)



INCENTIVO À CULTURA

- Oficinas de cultura
- Ponto de leitura



ESPORTE E LAZER

■ Caminhar



■ Esporte Esperança

■ Vida Ativa

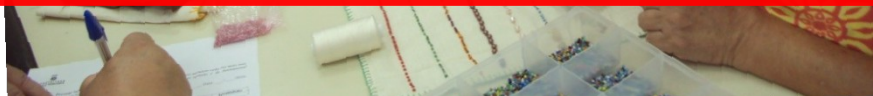


■ Superar



TRABALHO

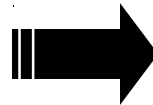
- Intermediação de mão de obra
- Qualificação profissional
- Associações e cooperativas de economia solidária



BH CIDADANIA - Instâncias Gestoras:

Nível Geral / Político

Câmara Intersectorial de Políticas
Sociais - CIPS

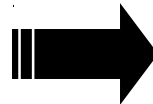


Articular as diretrizes e
metas do Programa;

Realizar reuniões periódicas
de avaliação das diretrizes,
ações e metas do
Programa.

Coordenação Central

Grupo Técnico de assessoria e
monitoramento – GT



Assessorar a implementação das
ações do Programa;

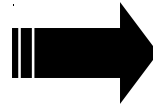
Rever diretrizes das políticas;

Definir parâmetros e indicadores de
avaliação e monitoramento.

BH CIDADANIA - Instâncias Gestoras:

Regional / Central

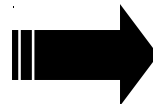
Colegiado de Coordenação Regional



Participar da avaliação do nível político; articular no nível regional as gerências e as equipes técnicas; implementar, monitorar, e acompanhar as ações do programa regional e localmente.

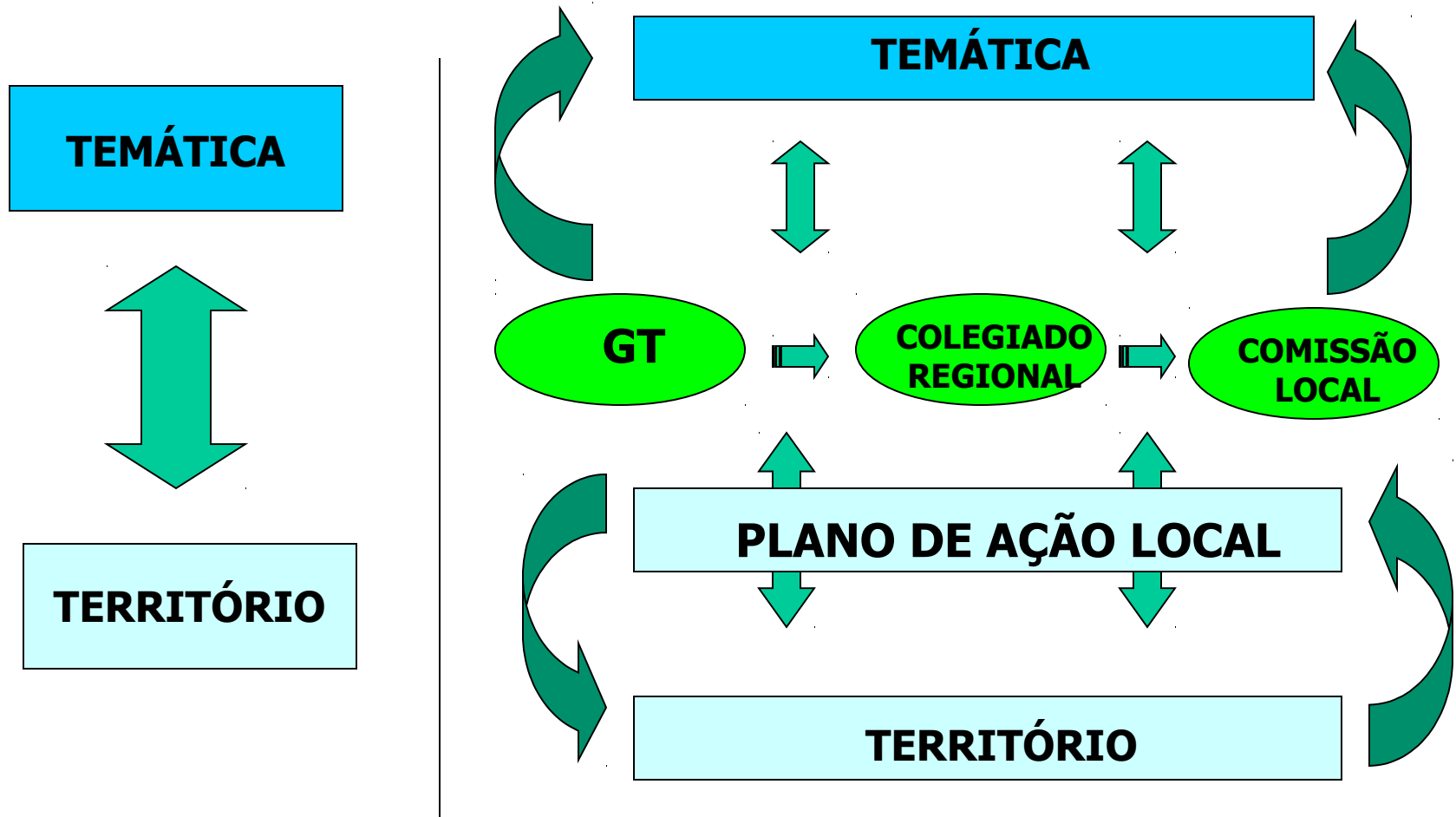
Nível Local

Comissão de coordenação local
Grupo de referência



Avaliar estratégias; construir, mobilizar rede; executar o plano de ação local; divulgar ações para a comunidade; informar situação de entrada / permanência / saída dos atendidos; avaliar a implementação do programa.

BH CIDADANIA - Articulação Intersectorial:



Família Cidadã: BH sem Miséria

A Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio do Projeto Família Cidadã, tem por objetivo atender especialmente as famílias residentes nos territórios de maior vulnerabilidade social do município de Belo Horizonte, cobertas pelo Programa BH Cidadania e, em sua maioria, beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda. Tratam-se, pois, de famílias cuja situação de pobreza e de extrema pobreza desafiam a intervenção do poder público municipal, no tocante a uma efetiva inserção e permanência na rede de serviços das políticas públicas sociais e urbanas.

inspiração

- Associação Saúde Criança
- Projeto “Puentes” (Chile)
- Projetos de acompanhamento familiar desenvolvidos no Município, especialmente o Bolsa Escola Municipal e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social

Critérios para seleção

- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Famílias com histórico de morte de crianças com menos de cinco (05) anos;
- Famílias com crianças prematuras ou com baixo peso ao nascer;
- Crianças com vacinas atrasadas e/ou sem acompanhamento preconizado;
- Mãe e/ou gestante adolescente;
- Crianças/adolescentes com histórias de internações frequentes;
- Famílias com ocorrência de trabalho infantil;
- Famílias com ocorrência de violação de direitos com foco na criança e adolescente;
- Famílias com pessoas com deficiência grave, foco de zero (0) a 18 anos;
- Famílias com criança portadora de distúrbio nutricional grave (anemia, desnutrição, obesidade, entre outros);
- Famílias com criança e adolescente com doenças crônicas graves (câncer, renal crônico, entre outros);
- Ocorrência de drogadição na família (inclusive alcoolismo);
- Famílias com criança e adolescente fora da escola;
- Famílias com criança e adolescente matriculados, mas infrequentes;
- Famílias com mães com menos de quatro (4) anos de escolaridade;
- Famílias com a presença de Idoso dependente;
- Família em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

ACOMPANHAMENTO SÓCIO-FAMILIAR

- O projeto estratégico do Programa BH Cidadania “**Família Cidadã: BH sem miséria**” visa intervir e acompanhar as famílias mais vulneráveis presentes nos territórios atendidos através da convergência da oferta de ações governamentais e não governamentais.

diagnósticos sociofamiliares

ASPECTOS SOCIAIS

ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

- Condições higiênicas precárias
- Casas desorganizadas
- Imóvel cedido, improvisado ou ocupado
- Muitas pessoas em poucos cômodos
- Item de infraestrutura compartilhada com outros domicílios

AGRAVOS À SAÚDE

- Criança enferma
- Mães e gestantes com menos de 19 anos de idade
- Desnutrição
- Criança prematura
- Criança com baixo peso ao nascer
- Moradias sem filtro de água

Aspectos sociais continuação

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

- Descuido com os filhos
- Alcoolismo
- Envolvimento com o tráfico
- Exploração sexual de criança ou adolescente
- Abuso sexual de criança ou adolescente
- Trabalho infantil

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

- Bolsa Família
- Benefício de Prestação Continuada
- Bolsa Escola Municipal

Diagnósticos sociofamiliares
ASPECTOS FÍSICOS – EIXO MORADIA

- Moradias que não atendem à área mínima de iluminação e ventilação exigidas pela legislação municipal
- Moradias que apresentam infiltrações
- Moradias que apresentam graves riscos construtivos, sendo três (3) com risco de desabamento
- Moradias que não possuem banheiro
- Moradias que não possuem cozinha completa
- Moradias que não possuem instalações hidro-sanitárias
- Moradias que não tem dormitórios exclusivos para os genitores
- Moradias que os dormitórios não têm portas
- Moradias que não tem dormitórios exclusivos para os idosos, quando componente da família
- Moradias que não possuem quartos separados para os filhos por gênero
- Moradias que não possuem portas no vão do banheiro
- Moradias que apresentam presença de roedores
- Moradias que apresentam mofo
- Moradias que possuem fogão a lenha
- Moradias que não apresentam boas condições de higiene

Metodologia de intervenção do Projeto

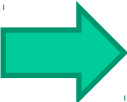
Plano de Ação Familiar (PAF)

- é organizado a partir da situação, das necessidades e das demandas de cada núcleo familiar;
- é um instrumento que deve ordenar as metas a serem alcançadas, as ações, os responsáveis pela execução, os prazos e a avaliação;
- deve ser construído com as famílias, estabelecendo regras claras e com o objetivo de alcançar as metas pré-estabelecidas.

Acompanhamento

- Encontros regulares com as famílias, com centralidade no CRAS
- Discussão de casos no Grupo de Trabalho Local (Saúde, Educação, Assistência Social) para monitoramento e encaminhamentos de demanda

INSTÂNCIAS GESTORAS DO PROJETO

- Nível Geral/Político  Câmara Intersectorial de Políticas Sociais
- Coordenação central  Grupo Técnico Família Cidadã
- Regional  Núcleo Intersectorial Regional
- Local/Político  Comissão de Coord. Local
- Local/Técnico  GT Local

EXEMPLO - PAF

PLANO DE AÇÃO FAMILIAR

Data de adesão: 23/02/2011

Referência Familiar: Tânia Gomes

Técnico de referência: Laura e Pedro

Endereço: Rua das Flores, 115

Telefone: 8874-8956

NIS: 13379056759

IOF: V7;C3;T4;R2;F1;F10;F11;H1;H9

Resumo:

Família monoparental feminina composta por 4 membros, renda percapita de R\$ 175,00 proveniente dos benefícios de BF e BPC e biscates feito por Tânia esporadicamente.

A família reside em casa própria de 4 cômodos de construção precária (sem reboco, piso grosso, telha de amianto, encanção de esgoto precária). Vínculo familiar considerado fortalecido pela referência, no entanto Tânia tem dificuldades de se relacionar com seus irmãos que moram no mesmo lote. Em relação à saúde, Tânia demanda atendimento clínico e de saúde bucal. A mesma tem histórico de abuso de álcool, mostra-se apática com auto-estima baixa, dificuldade de se alimentar. Daiana é paciente de saúde mental com diagnóstico de esquizofrenia desde os 15 anos. Conforme relato da mãe, a jovem há dois anos não passa por avaliação psiquiátrica, sua medicação tem sido ineficiente e ela apresenta surtos diários geralmente no final da tarde.

EXEMPLO - PAF

PLANO DE AÇÃO FAMILIAR

nº	Membro familiar	Vulnerabilidades Identificadas	Ações/Intervenções Propostas	Responsável	Prazo Mês/ano	Aquisições Esperadas/Metas	Monitoramento Ação Realizada/Não Realizada
1	Tânia Gomes	Saúde física e bucal Desemprego Baixa escolaridade, Vínculos com Famíliares/parentes fragilizados	Marcação de Consulta odontológica e clínica Inserção na EJA Inserção na Incubadora (Inclusão Produtiva)	Saúde/Educação CRAS	Abril/11(CRAS) Maio/11(saúde) Julho/11 (Educação)	Melhora nas condições de saúde, aumento da escolarização, inclusão produtiva, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários	Realizou inscrição na Incubadora. mas não compareceu à aula inaugural
2	Dayana Aparecida Gomes	Saúde mental/ abandono escolar/ dificuldade de socialização	Consulta especializada/ EJA Médio/ Inserção em atividades coletivas	saúde/ Educação/ CRAS	Abril/11(saúde) Julho/11(EJA) Agosto/11 (CRAS)	Controle do quadro de saúde, escolarização e socialização	A inserção na EJA ainda não foi possível em função da distância de sua moradia, mas outras possibilidades estão sendo criadas
3	Maikon Nascimento Gomes		Inseção em Programa Jovem Aprendiz/ Documentação	CRAS	Maio/11(CRAS)	Inserção no mecado de trabalho	O adolescente providenciou CTPS Aguarda inscrição no Trab alho Protegido AMAS Inserido no PROJOVEM
4	Ketley Cristine Nascimento Gomes	Dificuldade de aprendizagem	Intervenção pedagógica/reforço escolar	Educação	Abril/11 (Educação)	Melhor desempenho escolar	A criança foi incluída no reforço escolar em 21/03//11 - Frequência positiva no Prog. Socialização